

COLONOS E ASSALARIADOS: PADRÕES DE CONSUMO E GASTOS DOS TRABALHADORES RURAIS NACIONAIS E IMIGRANTES EM UMA FAZENDA DE CAFÉ EM 1915

SETTLERS AND WAGE EARNERS, CONSUMPTION PATTERNS AND SPENDING BY NATIONAL AND IMMIGRANT RURAL WORKERS ON A COFFEE PLANTATION IN 1915



<https://doi.org/10.22228/rtf.v18i1.1402>

Carlo Monti

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7980-5906>

E-mail: carlogmonti@gmail.com

Lélio Luiz de Oliveira

Universidade de São Paulo

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3806-7556>

E-mail: lelio@fearn.usp.br

Resumo: Examinamos as relações estabelecidas para os trabalhadores e analisamos as despesas e os custos que as famílias realizavam, mensurados nos livros da Fazenda Boa Vista. Demonstramos o consumo dos assalariados e dos trabalhadores vinculados ao trato do café, trazendo à tona as despesas e o consumo distinto dos diversos grupos de imigrantes, e concluímos que o leque amplo de débitos efetivados pelos trabalhadores comprometeu os seus ganhos, chegando a impossibilitar a ascensão social de trabalhadores de algumas nacionalidades.

Palavras-chaves: trabalhadores, imigração, colonato.

Abstract: We examined the relationships established for the workers, analyzed the expenses and costs that the families incurred, measured in the Boa Vista farm books. We have shown the consumption of wage earners and workers linked to the coffee plantations, we have brought to light the different expenses and consumption of the various immigrant groups, and we have concluded that the wide range of debts incurred by the workers compromised their earnings and even made it impossible for workers of some nationalities to move up the social ladder.

Keywords: workers, immigration, settlement

Introdução

Os estudos sobre a cafeicultura no Brasil abarcam várias frentes a fim de desvendar os meandros do complexo cafeeiro. Na transição do século XIX para o século XX, mudanças relevantes ocorreram no mundo do café, como as novas áreas ocupadas e o

perfil da atividade econômica. Pesquisas com temáticas e abordagens diferentes contribuem para a compreensão do dinamismo do processo, como a transição da mão de obra escrava para a livre, o papel do crédito nos investimentos, o ingresso do capital estrangeiro, as quantidades produzidas e a produtividade do café, os fluxos da exportação, a implantação das ferrovias, as novas técnicas de beneficiamento, os tipos de contratos dos cafeicultores com os trabalhadores.

Na passagem do século XIX para o XX diversas relações de trabalho permeavam as atividades econômicas, principalmente nas regiões mais dinâmicas do Brasil. A exploração da mão de obra vinculada a terra acontecia por meio de várias estratégias. A escravizada que por séculos foi predominante passava por um processo de mudança, na medida em que avançava a chegada da mão de obra imigrante. Gradativamente as formas de obtenção de riqueza da terra tornaram-se mais complexas. Sobrepuja a mão de obra escrava (formas mais tradicionais e outras mais cautelosas), devido inclusive aos preços dos escravizados e a impossibilidade de reposição. Ainda, a recorrente vinculação dos trabalhadores livres e pobres para atividades sazonais e o crescimento do emprego dos imigrantes de diversas origens. Sabendo-se que esse processo foi diferenciado nas diversas regiões produtoras, sendo mais notado na historiografia para diferentes áreas.¹ Noutros termos, a passagem da mão de obra escrava para a livre não ocorreu de forma homogênea, como relatado nas pesquisas sobre distintas práticas econômicas e regiões produtivas.²

Na região do nordeste paulista nas décadas finais do século XIX predominavam as atividades destinadas ao mercado interno que não contavam com expressiva população escrava.³ “Beneficiada pela formação tardia, a área cafeeira do nordeste paulista foi uma das menos prejudicadas pela lei que libertou os cativos (...) Considerando agora, apenas a produção [de café] de Ribeirão Preto, ela passa de 235.430 em 1890 para surpreendentes

¹ ALVARENGA, Felipe de Melo. *Terra e Trabalho na “crise” do Corredor Cafeeiro: projetos senhoriais, crimes cotidianos e contratos de trabalho entre o final da escravidão e o pós-abolição (Vale do Paraíba Fluminense, 1878-1916)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2024.

² MENDONÇA, Sonia Regina de; SANTOS, Ana Maria dos. Representações sobre o trabalho livre na crise do escravismo fluminense (1870-1903). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 85-98, 1986. GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos Viveres de Afrodescendentes na Escravidão e no Pós-Emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora - MG, 1828-1928)*. São Paulo: Annablume, 2006. LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira (1870-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) – Unicamp. Campinas, 1985. SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora (1870-1900)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2001. ALMADA, Vilma. *Escravismo e Transição: O Espírito Santo (1850-1888)*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. SALETTTO, Nara. *Considerações sobre a transição do trabalho escravo ao trabalho livre na economia cafeeira do Espírito Santo (1888-1929)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1985. CUNHA, Sílvio Humberto dos Passos. *Um retrato fiel da Bahia: sociedade-racismo-economia na transição para o trabalho livre no recôncavo açucareiro, 1871-1902*. Tese (Doutorado em História) – Unicamp. Campinas, 2004.

³ BRIOCHI, Lucila Reis. Fazendas de criar. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs.). *Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH USP, 1999.

3.370.443 arrobas em 1901.”⁴. A chegada da ferrovia Mogiana (1880) possibilitou o vertiginoso crescimento da produção cafeeira e consequentemente populacional. A produção foi sustentada principalmente pela mão de obra imigrante.

A adaptação com a mão de obra imigrante foi uma constante, a partir de 1880, os italianos formaram o grupo de imigrantes que chegou em abundância à Província de São Paulo, denominada de Estado de São Paulo, após a República. Os italianos foram seguidos pelos portugueses; a partir de 1905, é notório o aumento de espanhóis, e depois, em 1908, chegaram os japoneses⁵. A instalação dos trabalhadores imigrantes e as relações de trabalho na cafeicultura paulista, com foco no colonato, foram objeto de estudos de vários pesquisadores que demonstraram as estratégias para a reprodução do capital na relação entre os fazendeiros e a mão de obra, resultando no cotidiano permeado pela constante exploração dos trabalhadores⁶.

Inicialmente, por volta de 1847, os proprietários implementaram o sistema de parcerias que, em muitos casos, apresentou problemas devido ao acúmulo de dívidas

⁴ LOPES, Luciana Suarez; CARVALHO, Rafaela Rodrigues da Silva. *Estrutura da posse de cativos nos momentos iniciais da cafeicultura no Nordeste Paulista e no Sul de Minas*. XI Congresso Brasileiro de História Econômica, Vitória/ES, 2015. p.18.

⁵ MARTINS, José de Souza. A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força-de-trabalho na economia cafeeira: 1880-1930. *História*, São Paulo, n. 121, p. 5-26, 1989. ALMEIDA, Gustavo Henrique Gomes de. *Do Japão ao Brasil: trabalhadores japoneses em São Paulo (1908-1922)*. Dissertação (Mestrado em História), Unicamp. Campinas, 2012. TRUZZI, Oswaldo Mário Serra; PALMA, Rogerio de. A imigração espanhola no interior paulista: inferências a partir de um estudo de caso. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 4, n. 2, p. 461-480, 2014. GONÇALVES, Paulo Cesar. A Grande Imigração de famílias para São Paulo: Implicações da política de subsídio de passagens na demografia do fluxo transatlântico de europeus (1884-1914). In: GUIDOBONO, Sandra Olivero; HIERRO, Carmen Benito (Org.). *Entre redes y espacios familiares en Iberoamérica. Repensando estrategias, mecanismos e idearios de supervivencia y movilidad*. Sevilha: Editorial Egregius, 2017, v. 1, p. 602-622. GONÇALVES, Paulo Cesar. Escravos e imigrantes são o que importam: fornecimento e controle da mão de obra para a economia agroexportadora Oitocentista. *ALMANACK*, v. 17, p. 307-361, 2017. GONÇALVES, Paulo Cesar. Presença portuguesa no Brasil: uma abordagem histórica dos conceitos de colono, imigrante e emigrante. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; AVELINO, Yvone Dias (Orgs.). *Deslocamentos: desafios, territórios e tensões*. São Paulo: e-Manuscrito; PIPEq, p. 41-66, 2018.

⁶ HOLLOWAY, Thomas. Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo, 1885-1915: uma análise preliminar. *Estudos Econômicos*. v. 2, n. 6, 1972. HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo 1886-1934*. Trad. Eglê Malehiros. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 1984. BASSANEZI, Maria Silvia Beozzo. *Fazenda de Santa Gertrudes - Uma Abordagem Quantitativa das Relações de Trabalho, em uma Propriedade Rural Paulista, 1895-1930*. Tese (Doutorado defendido em Ciência Sociais) – UNESP. Rio Claro 1974. BASSANEZI, Maria Sílvia Beozzo. *Colonos do Café*. São Paulo: Contexto, 2019. SALLUM JR., Brasílio. *Capitalismo e Cafeicultura. Oeste Paulista: 1888-1930*. São Paulo: Duas Cidades, 1982. STOLCKE, Verena. *Cafeicultura. Homens, mulheres e capital (1850-1980)*. Trad. Denise Bottmann e João R. Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986. MARTINS, José de Souza. *A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força-de-trabalho na economia cafeeira: 1880-1930*. Op. Cit. MARTINS, José de Souza. *O Cativeiro da Terra*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013. FALEIROS, Rogério Naques. *Fronteiras do Café: fazendeiros e colonos no interior paulista (1917-1937)*. Bauru: Edusc; Fapesp, 2010. FALEIROS, Rogério Naques. A fazenda Pau d’Alho de Campinas: as cadernetas como registro da contabilidade dos colonos (1917-1931). *São Paulo, História e Economia* – revista interdisciplinar. Brazilian Business School, v. 8, n. 1, p. 79-94, 2011. TESSARI, Cláudia Alessandra. *Braços para colheita: sazonalidade e permanência no trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915)*. Tese (Doutorado em Economia). UNICAMP. Campinas, 2010. TESSARI, Cláudia Alessandra. Sazonalidade e trabalho temporário na empresa cafeeira (Oeste Paulista, 1890-1915). *História Econômica & História de Empresas*, v. 14, n. 2, 5 jul. 2012. ALMEIDA, Gustavo Henrique Gomes de. *Do Japão ao Brasil: trabalhadores japoneses em São Paulo (1908-1922)*. Op. Cit. MESSIAS, Rosane Carvalho. *Fazenda Palmital 1885-1917, aspectos da escravidão e do Colonato no interior paulista*. Tese (Doutorado em Sociologia). UNESP. Araraquara, 2005.

contraídas pelos trabalhadores e pela constatação da baixa produtividade nos cafezais em razão da certa prioridade dada pelos imigrantes às roças de subsistência⁷. Em parte, a parceria passou a ser substituída pelo colonato a partir de 1880, nas novas regiões em que a cafeicultura estava se consolidando, como no nordeste paulista. Neste sistema, o pagamento aos colonos emanava de três atividades distintas: o trato dos pés de café, pagos a cada mil pés; a colheita, paga pela quantidade de café colhido; e o trabalho avulso, prestado ao fazendeiro, quando chamado pela administração. Porém, um ponto neste sistema de trabalho se tornou controverso: o cultivo dos gêneros de subsistência ao plantar produtos que serviam para o consumo da família e eventual venda de excedentes. A questão gerou um intenso debate sobre a incapacidade de verificação dos ganhos totais dos colonos, pois uma parcela dos ganhos não podia ser medida, como no plantio das roças de subsistência e na moradia gratuita na fazenda⁸.

Martins indica a questão acima como elemento não capitalista em uma relação capitalista que “entra revestido ainda da forma de mercadoria, de trabalho materializado em valores de uso e de troca”⁹, situação agravada pela existência dos armazéns das fazendas que forneciam créditos e produtos com valores manipulados que levavam a liquidação dos saldos oriundos da produção de alimentos dos colonos. Quadro que Sallum Jr.¹⁰ compreendeu como uma complexa relação de trabalho dos colonos, em que tinham interesses como arrendatários/assalariados e ao mesmo tempo como proprietários capitalistas, na busca por melhores saldos que eram conseguidos principalmente em fazendas com formação de novos cafeeiros. Isso, para Holloway¹¹ e Lanza¹², impôs aos trabalhadores rurais a constante necessidade de deslocamento para as regiões de fronteira, com cafeeiros novos que permitiam a produção de uma maior quantidade de cereais e uma possível ascensão social.

Formas mais específicas de relações de trabalho e práticas econômicas e sociais são demonstradas em estudos sobre fazendas de café, sustentados em documentação administrativa das propriedades. Bassanezi¹³ e Messias¹⁴ fazem uma abordagem

⁷ SALLUM JR., Brasílio. *Capitalismo e Cafeicultura. Oeste Paulista: 1888-1930*. Op. Cit. STOLCKE, Verena. *Cafeicultura. Homens, mulheres e capital. (1850-1980)*. Op. Cit. MARTINS, José de Souza. *O Cativeiro da Terra*. Op. Cit.

⁸ STOLCKE, Verena. *Cafeicultura. Homens, mulheres e capital. (1850-1980)*. Op. Cit. HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo 1886-1934*. Op. Cit. MARTINS, José de Souza. *O Cativeiro da Terra*. Op. Cit. FALEIROS, Rogério Naques. Estratégias de expropriação e contratos de trabalho na cafeicultura Paulista (1917-1937). *Revista Mundos do Trabalho*, v. 5, n. 9, p. 307-330, 2013.

⁹ MARTINS, José de Souza. *Ibidem*, p. 76.

¹⁰ SALLUM JR., Brasílio. *Capitalismo e Cafeicultura. Oeste Paulista: 1888-1930*. Op. Cit.

¹¹ HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo 1886-1934*. Op. Cit.

¹² LANZA, André. *De braços para a Lavoura a Proprietário Rurais: imigrantes e acesso à terras em São Paulo, 1886-1920*. Tese (Doutorado em História Econômica) – USP. São Paulo, 2021.

¹³ BASSANEZI, Maria Sílvia Beozzo. *Colonos do Café*. Op. Cit. BASSANEZI, Maria Silvia Beozzo. *Fazenda de Santa Gertrudes - Uma Abordagem Quantitativa das Relações de Trabalho, em uma Propriedade Rural Paulista*, Op. Cit.

quantitativa completa sobre a Fazenda Santa Gertrudes em Rio Claro/SP, dos anos de 1895 a 1930; também chamam a atenção para a variedade de ocupações existentes na fazenda em que os colonos representavam 50% dos trabalhadores, os outros 50% eram os camaradas, trabalhadores especializados e não especializados, dentre outros trabalhadores remunerados com base em salário, não colonos, eram significativos para a fazenda cafeeira.

Bassanezi identifica que formas distintas de trabalho eram organizadas por contratos específicos, ajustados a determinados trabalhadores. A autora assinala que uma gama de serviços era alocada especificamente para trabalhadores nacionais, apontando uma correlação entre nacionalidade e tempo de permanência na fazenda com o exercício de ocupações específicas, acarretando nos padrões culturais e familiares ao “reconstruir em detalhes o dia a dia dos trabalhadores na fazenda, além de suas conquistas, seus gastos e perdas”¹⁵. A pesquisa avança quanto à dinâmica do trabalho e o funcionamento da fazenda e reafirma a importância dos saldos contábeis e financeiros dos colonos como elemento fundamental para compreender as dinâmicas de trabalho.

Questão encarada por Faleiros¹⁶ ao utilizar as escrituras de contratos de formação e trato de cafezais registrados nos cartórios, nos quais verificou que os pagamentos dos contratos realizados em dinheiro tiveram grande peso nas contas dos colonos, em especial, para as novas regiões. Acerca disso, afirma: “Não estamos aqui negando a importância da produção de gêneros alimentícios para esses trabalhadores, apenas considerando que os pagamentos em dinheiro também poderiam ter um grande peso em suas contas”¹⁷. Os dados apresentados pelo autor destacam os pagamentos realizados em dinheiro como um elemento importante na realização e cumprimento dos contratos, para além do acesso à produção. Posicionamento que diverge de parte da historiografia que indicava as cláusulas de plantações de alimentos e ganhos com a sua comercialização como de maior importância para a concretização dos contratos¹⁸. Ao mesmo tempo, Faleiros¹⁹ afirma que a comercialização e o transporte dos cereais excedentes, produzidos pelos colonos, eram

¹⁴. MESSIAS, Rosane Carvalho. *Fazenda Palmital 1885-1917*, aspectos da escravidão e do Colonato no interior paulista. *Op. Cit.*

¹⁵ BASSANEZI, Maria Sílvia Beozzo. *Colonos do Café*. *Op Cit.*, p. 19.

¹⁶ FALEIROS, Rogério Naques. *Estratégias de expropriação e contratos de trabalho na cafeicultura Paulista*. *Op. Cit.* FALEIROS, Rogério Naques. *Fronteiras do Café: fazendeiros e colonos no interior paulista (1917-1937)*. *Op. Cit.*

¹⁷ FALEIROS, Rogério Naques. *Estratégias de expropriação e contratos de trabalho na cafeicultura Paulista*. *Op. Cit.*, p. 320.

¹⁸ SALLUM JR., Brasílio. *Capitalismo e Cafeicultura*. Oeste Paulista: 1888-1930. *Op. Cit.* STOLCKE, Verena. *Cafeicultura. Homens, mulheres e capital. (1850-1980)*. *Op. Cit.* HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo 1886-1934*. *Op. Cit.* MARTINS, José de Souza. *O Cativeiro da Terra*. *Op. Cit.*

¹⁹ FALEIROS, Rogério Naques. *Estratégias de expropriação e contratos de trabalho na cafeicultura Paulista*. *Op. Cit.* FALEIROS, Rogério Naques. *Fronteiras do Café: fazendeiros e colonos no interior paulista (1917-1937)*. *Op. Cit.*

controlados pelos fazendeiros que, assim, impunham, por meio destas atividades, mais um grau de exploração aos trabalhadores rurais.

Assim, Faleiros²⁰ a exemplo de outros autores, como Sallum Jr., Stolcke, Holloway, Martins²¹, reafirma que as mercearias e vendas constituíam elemento de crédito que visava queimar os saldos dos trabalhadores, aumentando a concentração de gêneros alimentícios nas mãos dos fazendeiros. Até mesmo o transporte interno das sacas de café e dos alimentos é apontado como forma de coibir as negociações de café e de cerais por parte dos trabalhadores rurais, configurando-se como um elemento a mais da estratégia de expropriação da qual eram vítimas. Contudo, o autor pontua que “carecemos de um maior número de registros, uma vez que se tratava de documentação privada que foi em grande parte extraviada ou deteriorada esperamos que isso possa ser superado no futuro, uma vez que as cadernetas constituem registros históricos magníficos”²². Refere-se as cadernetas, fonte pouco utilizada que permite pesquisar e diferenciar as rendas monetárias conseguidas pelos trabalhadores, assim como permite pesquisar sobre as despesas com transporte, alimentação, compras efetivadas no armazém da fazenda e despesas médicas realizadas pelos trabalhadores, na busca pela compreensão sobre o endividamento ou a ascensão dos trabalhadores rurais na cafeicultura.

Tendo como base a bibliografia relativa à cafeicultura e a documentação pertinente, este estudo tem como objetivo compreender as relações de trabalho ocorridas na Fazenda Boa Vista, localizada no município de Ribeirão Preto, nordeste do Estado de São Paulo, no ano de 1915. Definimos o ano de 1915 como recorte da pesquisa, tendo em vista que, neste ano, o processo de modernização dessa fazenda estava concluído, quando cerca de 54.499 sacos de café foram colhidos; possuía maquinário, terreiro ladrilhado, linha de trem, conjunto que possibilitou dinamizar a produção do café. Visando-se ao objetivo, primeiramente, será demonstrado o percurso da constituição da propriedade no contexto do complexo cafeeiro. A seguir, por meio dos registros contábeis da fazenda, pretendemos identificar os tipos de contratos realizados entre o proprietário, os colonos e os demais trabalhadores, bem como o cumprimento desses contratos no decorrer do ano; serão identificados os contratados conforme a nacionalidade e as diferenças dos acordos segundo a origem dos trabalhadores; e serão identificadas as relações e vínculos ocorridos na

²⁰ FALEIROS, Rogério Naques. A fazenda Pau d’Alho de Campinas: as cadernetas como registro da contabilidade dos colonos (1917-1931). *São Paulo, História e Economia* – revista interdisciplinar. Brazilian Business School, v. 8, n. 1, p. 79-94. 2011. FALEIROS, Rogério Naques. Fronteiras do Café: fazendeiros e colonos no interior paulista (1917-1937). *Op. Cit.*

²¹ SALLUM JR., Brasílio. *Capitalismo e Cafeicultura*. Oeste Paulista: 1888-1930. *Op. Cit.* STOLCKE, Verena. *Cafeicultura. Homens, mulheres e capital*. (1850-1980). *Op. Cit.* HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo 1886-1934*. *Op. Cit.* MARTINS, José de Souza. O Cativeiro da Terra. *Op. Cit.*

²² FALEIROS, Rogério Naques. *Estratégias de expropriação e contratos de trabalho na cafeicultura Paulista (1917-1937)*. *Op. Cit.*, p. 311.

execução dos trabalhos entre imigrantes da mesma origem, de origens distintas e entre os trabalhadores nacionais. A partir do confronto entre os valores regulares recebidos pelos trabalhadores e as despesas cotidianamente contabilizadas no decorrer do ano empenhadas junto ao proprietário, será verificada a capacidade de aquisição de excedentes ao findar os contratos.

Desta forma, será também possível vislumbrar o ritmo e caracterização das despesas no passar dos meses do ano, ou seja, os períodos em que os gastos foram maiores ou reduzidos e tipo de produto ou serviço consumido. Ficará demonstrado que o perfil do contrato e a nacionalidade dos trabalhadores teve influência direta na capacidade de consumo e na possibilidade de acumulação ou não por parte dos trabalhadores.

Este trabalho é possível em razão da conservação da documentação relativa aos trabalhadores da Fazenda Boa Vista²³. O conteúdo dos contratos ou as sínteses eram transcritos em livros da fazenda. Da mesma forma, havia livros próprios para a transcrição dos itens e valores das chamadas caderetas que resultava no controle contábil, ou seja, os débitos e créditos adquiridos pelos trabalhadores no decorrer do ano, uma espécie de conta-corrente. Por ser uma documentação privada, utilizada para a administração das fazendas, foi gerada de forma dispersa e na maioria dos casos se perdeu ou foi extinta com o tempo. Por estas particularidades, é uma fonte histórica de difícil acesso e, por ser contábil, demanda método analítico próprio, assim, é uma fonte pouco utilizada nos estudos históricos.

Nos livros de conta-corrente, os trabalhadores da fazenda eram registrados e acompanhados no decorrer do ano agrícola. Conforme a lei vigente, “§ 2º Consideram-se «operarios agricolas» os jornaleiros, colonos, empreiteiros, feitores, carreiros, carroceiros, machinistas, foguistas e outros empregados no predio rural”²⁴. Era um conjunto de trabalhadores diversificado, com funções e atividades distintas, atreladas a lavoura do café e a outras atividades existentes nas grandes propriedades cafeeiras do interior paulista.

Com a utilização dos livros de conta-corrente, podemos saber o peso das despesas com o armazém nos saldos dos trabalhadores rurais, assim como podemos verificar outros custos e como impactaram no saldo dos trabalhadores rurais. As próprias estratégias de expropriação que impactaram os diferentes tipos de trabalho realizados na fazenda podem ser parcialmente acompanhadas com a utilização dessas fontes, permitindo avançar em

²³ Documentação da Fazenda Boa Vista – Ribeirão Preto – DFBV. Livro de Trabalhadores da Fazenda 1915. - Colheita de café diário. 12/06/1915.

²⁴ BRASIL. Lei n. 1.299: visava cumprir em nível estadual o Decreto Federal 6.437, de 27 de março de 1907, Lei do colonato.

questões sobre o grau de endividamento a que os trabalhadores da cafeicultura estiveram expostos.

Sistematizamos as informações dos livros de conta-corrente e dos registros dos trabalhadores da fazenda, no ano de 1915, que eram utilizados para anotar o dever e haver de cada trabalhador; para os colonos, registrava-se o número de pés de café tratados, o volume de grãos colhidos com os valores em réis; no caso dos outros trabalhadores, registrava-se o salário mensal, assim como todos os produtos comprados e vendidos pelos trabalhadores na fazenda. Esses registros nos permitiram trabalhar com os débitos e custos necessários à sobrevivência na fazenda. Os ganhos e perdas auferidos e contabilizados na dinâmica cotidiana estabelecida na fazenda lançam luz sobre as várias atividades desenvolvidas no dia a dia dos colonos.

Apesar de o cenário rural paulista ser marcado por demandas de trabalhos tão singulares, acreditamos que os contratos também foram caracterizados segundo a nacionalidade dos trabalhadores. Para tanto, relacionamos as experiências de vida, com tipos e práticas de trabalho que foram determinados em função da nacionalidade dos trabalhadores. Defendemos que não só o tamanho da família interferia na produtividade e na possibilidade de saldos positivos ou não, mas também a nacionalidade dos trabalhadores rurais interferiu nas relações de trabalho, o que acabou impactando no saldo e dificultou a ascensão social de colonos e de trabalhadores assalariados de determinadas nacionalidades.

O espaço produtivo, os braços para a lavoura

No município de São Simão, no nordeste paulista, as plantações de café iniciaram-se “antes de 1870, pois Luís Herculano de Souza Junqueira e seu irmão Gabriel Diniz de Souza Junqueira plantaram café nas fazendas do Ribeirão das Antas e Santa Maria”²⁵. O município de Ribeirão Preto, que se destacou da antiga sede de São Simão, teve a economia dinamizada pela cultura do café que foi o grande estimulador das mudanças locais em sintonia com as mudanças mundiais. Além dos autóctones, também atraiu uma gama de investidores e imigrantes que vieram ser comerciantes, fazendeiros e colonos²⁶.

²⁵ PRADO JR, Martinho. *Municípios Paulistas. A Província de São Paulo*. Ano III, 9 de out. de 1877. Quanto ao início da cafeicultura na região de Ribeirão Preto, “O único indício da presença cafeeira foi a avaliação de um cafezal em 1868, e na década de 1870 [...] já existiam quatro cafezais, oito mil pés de café novos, 439 pés de café formados e quarenta mil pés sem idade especificada, sendo trinta mil destes sem avaliação”. LOPES, Luciana Suarez. *Sob os olhos de São Sebastião: a cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto, 1849-1900*. Tese (Doutorado em História Econômica) - USP, 2005, p. 71.

²⁶ LOPES, Luciana Suarez. *Op. Cit.*

No início do século XX, Ribeirão Preto e a região da Mogiana destacaram-se na produção nacional do café, devido aos pés plantados no final do XIX, favorecidos pelos altos preços desse produto. Conforme a “Estatística Agrícola e Zootechnica de 1904-05, a colheita de café em Ribeirão Preto foi a maior do Estado entre os municípios recenseados, atingindo pouco mais de dois milhões de arrobas”²⁷. A cafeicultura do município de Ribeirão Preto se sobrepôs à de outros municípios produtores, com uma média de 85 arrobas por mil pés de café. A produção total continuou acima dos dois milhões de arrobas até 1918; diminuiu com a ocorrência de uma grande geada de 1918 e 1919, depois, a cafeicultura do município retornou a patamares anteriores²⁸.

Uma das fazendas de grande importância na produção de café em Ribeirão Preto foi a Boa Vista, de Joaquim da Cunha Diniz Junqueira que reuniu suas propriedades entre os anos de 1879 e 1906. Em 1911, somente 10 produtores possuíam mais de 501 mil pés de café naquele município²⁹. Neste ano, a fazenda foi indicada como a sexta maior produtora de café em Ribeirão Preto, e ficou entre a 5^a e a 6^a posição até 1923³⁰.

O tempo de formação da Fazenda Boa Vista foi de 27 anos, tendo alcançado os 2.373 alqueires em 1906 e uma lavoura de 707.000 pés de café em 1915. Podemos dividir o período de formação da fazenda em duas fases: de 1879 a 1889, tempo em que a principal atividade era a pecuária; a segunda fase de 1890 a 1906, servidos para estruturar a fazenda como uma moderna e grande produtora de café. É nesta última fase que a propriedade passou a ter casa e dependências construídas em alvenaria com telhas francesas, cocheira, porões, calçadas, casa de administração e empregados, além de casa para carros, ferraria, carpintaria, selaria, serraria, moinho, paiol, casa para escola da colônia, casa completa de máquina para beneficiar café, terreiro, 50 casas duplas para colonos em tijolos, pasto e pomar³¹.

Em 1906 a estrada de ferro encontrou as terras da fazenda, eliminando o último entrave produtivo. Foi quando J. A. Davez, diretor presidente da *Dumont Coffee Company*,

²⁷ MARCONDES, Renato Leite. O café em Ribeirão Preto (1890-1940). *História Econômica & História de Empresas*, v. 10, n. 1, 2018, p. 79.

²⁸ MARCONDES, Renato Leite. *Op. Cit.*

²⁹ Em resposta ao ofício nº 96, os produtores informaram a quantidade de pés de café em suas propriedades, em Ribeirão Preto: 1) Francisco Schmidt, 4.061.300 cafeeiros; 2) Cia. Agrícola Dumont, 2.419.329 cafeeiros; 3) Cia. Guatapará, 2.112.700 cafeeiros; 4) Francisca Silveira do Val, 1. 047.549 cafeeiros; 5) Iria Alves Ferreira, 778.000 cafeeiros; 6) Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, 650.000 cafeeiros; 7) Manoel Maximiano Junqueira, 650.000 cafeeiros; 8) Francisco Maximiano Junqueira, 595.000 cafeeiros; 9) Joaquim Firmino de Andrade Junqueira, 534.000 cafeeiros; 10) Uchôa & Irmãos, 500.000 cafeeiros (cf. APHRP – Finanças/tesouraria, 1911 - 1912, livro copiador, p. 247). Em 1916, dez produtores tinham mais de 501 mil pés de café, representavam 3,6% dos produtores e produziram 47,3% dos cafeeiros (cf. APHRP, Imposto de cafeeiros, 1916).

³⁰ Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto – APHRP. Imposto de Cafeiro – 1917 -1923. - Processos de inventário Post-mortem.

³¹ 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto – TNRP. Livros de Notas do Primeiro Ofício Civil de Ribeirão Preto. Anos: 1893 a 1920.

que possuía mais de dois milhões de pés de café e colhera 160 mil arrobas em 1905³², informou a Joaquim da Cunha que a *Dumont Coffee Company* faria o prolongamento de dois quilômetros de linha até a sua propriedade³³.

Atendendo aos anseios dos cafeicultores, a política de imigração do governo paulista subsidiava famílias oriundas de várias regiões da Europa³⁴. Quanto mais enxadas, num grupo familiar, menor seriam os custos de mão de obra e maior a produtividade. Entre os espanhóis, somente 18% chegavam sozinhos, os japoneses vinham em grupos familiares sendo que somente 5,1% vieram sozinhos. “Ambos imigraram predominantemente em família, com baixa porcentagem de imigrantes avulsos”³⁵. Quanto aos italianos, 14% eram crianças, enquanto para os portugueses eram 12%. “Trata-se, portanto, de um fluxo composto pelo deslocamento de muitas famílias inteiras, atestado pela razão de sexo mais equilibrada, pela abundância de crianças e pela pouca expressão numérica dos indivíduos que aqui chegaram sozinhos”³⁶.

O tamanho das famílias de imigrantes sofria mudanças em função da época em que chegaram e do lugar de origem, como foi o caso dos japoneses. Em “1908 o antigo contrato foi reformulado, [...] a unidade familiar migrante deveria contar com pelo menos três pessoas aptas para o trabalho entre 12 e 45 anos e composta exclusivamente por agricultores”³⁷. Holloway³⁸, ao analisar as entradas de imigrantes via porto de Santos, indica que entre 1902 e 1923, 80% compunham unidade familiar e o tamanho das famílias variou de 4,7 pessoas a 5,4 em 1923. Na Fazenda Santa Gertrudes de Rio Claro, entre 1903 e 1914, as famílias italianas eram constituídas de, em média, 7 pessoas; as portuguesas, 5,3; e as espanholas, 5,4 pessoas³⁹.

Tendo-se em vista o tamanho médio das famílias que entraram pelo porto de Santos e as que se fixaram na citada Fazenda Santa Gertrudes, parece-nos plausível trabalhar com o número médio de 5 pessoas por família na Fazenda Boa Vista. No colonato, “cada fazendeiro firmava contrato com famílias específicas e não com cada

³² LLOYD, Reginald. *Impressões do Brasil no Século XX: sua história, seu povo, commercio, indústrias e recursos*. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company, 1913.

³³ Documentação da Fazenda Boa Vista – Ribeirão Preto – DFBV. Cartas, n. 1807, O. 92, 1906.

³⁴ GONÇALVES, Paulo Cesar. Escravos e imigrantes são o que importam: fornecimento e controle da mão de obra para a economia agroexportadora Oitocentista. *ALMANACK*, v. 17, p. 307-361, 2017.

³⁵ MARTINS, José de Souza. *A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força-de-trabalho na economia cafeeira: 1880-1930*. *Op. Cit.*

³⁶ TRUZZI, Oswaldo Mário Serra; PALMA, Rogerio de. A imigração espanhola no interior paulista: inferências a partir de um estudo de caso. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 4, n. 2, pp. 461-480, 2014, p. 472.

³⁷ LOURENÇAO, Gil Vicente Nagai. Dos mares do Japão às Terras Brasileiras: Algumas considerações sobre o Brasil, a imigração japonesa e sua influência na agricultura. *TOMO*. n. 26, p. 176, 2015.

³⁸ HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo 1886*. *Op. Cit.*

³⁹ BASSANEZI, Maria Sílvia Beozzo. *Colonos do Café*. *Op. Cit.*

trabalhador de forma individual”⁴⁰. O núcleo familiar era o conjunto responsável pelo trabalho. Quando o contrato era feito, pensava-se na quantidade enxadas, e “o chefe de família era agente direto e mediador da exploração que a fazenda exercia sobre a família de colonos, uma espécie de capataz na ordenação e execução do trabalho”⁴¹.

Para analisarmos o grupo populacional da Fazenda Boa Vista, utilizamos os livros de registro dos trabalhadores de 1915. Os contratos de trabalho eram registrados por ano em nome do chefe de família, incluindo todas as informações sobre os recebimentos e gastos realizados diariamente. A partir deste conjunto de informações, foi possível verificar os tratos do café que foram firmados, assim como os ordenados e as atividades realizadas na fazenda. Cada atividade exercida era contabilizada com todos os valores devidamente lançados.

No ano de 1915, a Fazenda Boa Vista contava com 285 contratos de trabalhadores que lá residiam⁴². Se pensarmos que cada trabalhador representava uma família de 5 pessoas havia 1.425 moradores residentes nas três colônias da Fazenda Boa Vista. Na Fazenda Santa Gertrudes, a maioria das famílias tinham entre 6 e 10 membros. Todavia, mais importante que o tamanho da família, era a quantidade de elementos trabalhadores da família⁴³. O conjunto de trabalhadores era dividido em dois grupos: contratados (trabalhavam diretamente com o trato do café, ver Gráfico 1) e assalariados (trabalham recebendo salários pré-definidos, ver Gráfico 1)⁴⁴. Todos eram residentes na Fazenda Boa Vista. Não pesquisamos o trabalhador volante, aquele não residente.

Maria Silvia Bassanezi evidencia para o caso da Fazenda Santa Gertrudes que “estas famílias na verdade poderiam ser famílias compostas de mais de um casal. Não era raro os filhos se casarem e ficar morando na casa do pai, geralmente o pai do marido”⁴⁵. Alguns que prestavam serviços sob forma de assalariamento eram muitas das vezes parentes de colonos que, ao desenvolverem ocupações não especializadas, continuavam a residir na fazenda. Outros assalariados eram trabalhadores com formação específica. “O sistema de colonato mescla o trabalho do colono com o trabalho temporário. A família

⁴⁰ TRUZZI, Oswaldo Mário Serra; PALMA, Rogerio de. A imigração espanhola no interior paulista: inferências a partir de um estudo de caso. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 4, n. 2, p. 461-480, 2014, p. 96.

⁴¹ MARTINS, José de Souza. *O Cativeiro da Terra*. Op. Cit., p. 85.

⁴² Além da empresa de força e luz que prestava serviços para a fazenda.

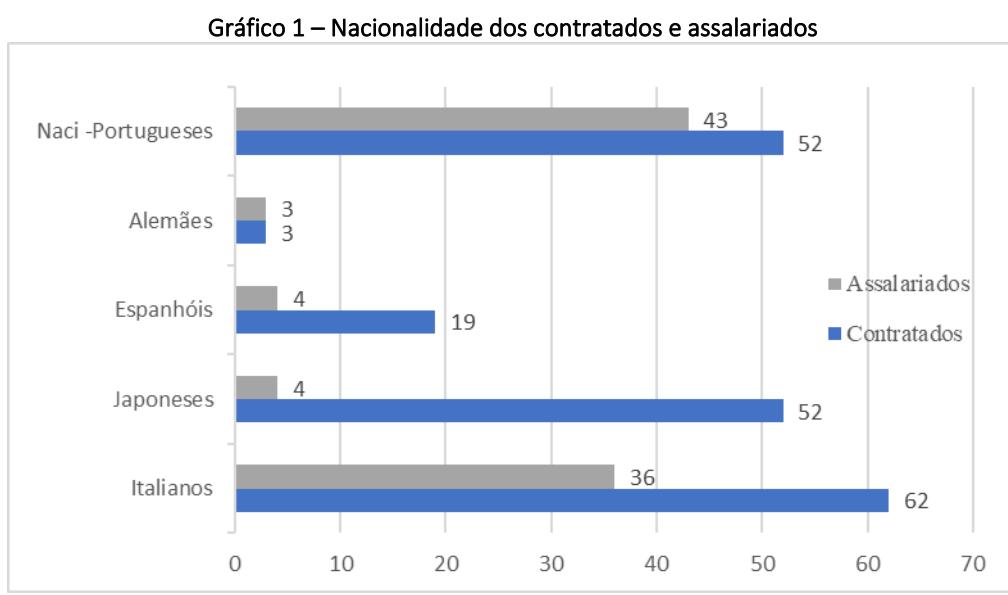
⁴³ BASSANEZI, Maria Sílvia Beozzo. *Colonos do Café*. Op. Cit.

⁴⁴ Na documentação da fazenda, os trabalhadores são indicados como *colonos*. Neste artigo, vamos nos referir a eles como *contratados*, os que trabalhavam diretamente com o trato do café. Outro grupo de trabalhadores vinha indicado conforme a atividade que realizavam, e aqui vamos nos referir a eles como *assalariados*, pois trabalhavam recebendo salários pré-definidos. Mantivemos a denominação que a própria fazenda indicou para os trabalhadores rurais.

⁴⁵ BASSANEZI, Maria Silvia Beozzo. A família na fazenda de café. tamanho da família: produção e força de trabalho. In: *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Popacionais*. Belo Horizonte, MG: ABEP, 1984. v. 4. p. 2197-2220. p. 2204.

consiste num reservatório de mão-de-obra temporário utilizada nos momentos de pico de trabalho nas fazendas”⁴⁶.

Na Fazenda Boa Vista, os colonos (e seus familiares) fizeram 184 contratos de trato de café (ver Tabela 1), enquanto os 101 assalariados compunham 35 profissões diferentes. Chama a atenção a presença de seis nacionalidades diferentes convivendo na mesma fazenda, sendo que 66% dos que viviam ali não tinham o português como língua original. Entre os contratados, os italianos eram a maioria, seguidos pelos japoneses e nacionais-portugueses⁴⁷, enquanto os espanhóis e alemães aparecem em menor quantidade (ver Gráfico 1).



No total, os italianos e seus familiares tiveram maior participação nas atividades produtivas no ano de 1915, seguidos de perto por nacionais-portugueses, contudo, enquanto os italianos estiveram mais alocados como contratados, os nacionais-portugueses trabalharam em maior quantidade como assalariados, conforme Tabela 1.

⁴⁶ TESSARI, Cláudia Alessandra. O padrão de demanda por mão de obra na lavoura paulista e a questão do trabalhador nacional: nem vadio, nem escasso, nem instável (1890-1915). *Economia e Sociedade*, v. 23, n. 2, p. 465–487, 2014. p. 124.

⁴⁷ Unimos os trabalhadores nacionais e portugueses em um mesmo grupo, pois as informações existentes no documento não sustentam a separação.

Tabela 1 – Contratados e assalariados na Fazenda Boa Vista por nacionalidade – 1915

Nacionalidade	Contratados	Assalariados	Total
Italianos	67	36	103
Nacionais-portugueses	43	52	95
Japoneses	52	4	56
Espanhóis	19	4	23
Alemães	3	3	6
Franceses	---	2	2
Total	184	101	285

Fonte: DFBV. Livro de Trabalhadores da Fazenda, 1915.

A maior quantidade de italianos na Fazenda Boa Vista está relacionada à chegada dos imigrantes a São Paulo, que entre 1900 e 1915 ultrapassou os 746 mil. “Nesse período, também ocorreu maior diversificação das nacionalidades, quando os italianos, até então, a maioria absoluta, começaram a ser ultrapassados por espanhóis e portugueses”⁴⁸. José de Souza Martins chama atenção para o importante fluxo migratório de espanhóis: “A imigração espanhola predominou sobre a imigração italiana de 1905 a 1919, no Brasil, e de 1905 a 1920, em São Paulo”⁴⁹. Porém, na fazenda em questão, os espanhóis são superados pelos trabalhadores nacionais-portugueses e pelos japoneses.

A quantidade de nipônicos, nos registros, decorre da chegada do navio Kasato Maru em 1908 a Santos. Com 781 pessoas, essa primeira leva de imigrantes japoneses foi direcionada para fazendas da região do nordeste paulista, algumas delas próximas à Boa Vista, como a Dumont e Guatapará. Treze meses depois, 75% dos colonos nipônicos haviam abandonado as fazendas que os receberam⁵⁰, todavia, aparentemente, continuaram na região.

Nacionalidade, ganhos e o impacto no saldo dos trabalhadores rurais

Os contratos em 1915 ocuparam 184 colonos e suas famílias que trabalharam no sistema de colonato durante um ciclo anual de produção e cuidaram de tantos pés de café quanto permitisse a força de trabalho familiar. A bibliografia especializada⁵¹ converge

⁴⁸ GONÇALVES, Paulo Cesar. *Escravos e imigrantes são o que importam: fornecimento e controle da mão de obra para a economia agroexportadora Oitocentista*. Op. Cit., p. 348.

⁴⁹ MARTINS, José de Souza. *A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força-de-trabalho na economia cafeeira: 1880-1930*. Op. Cit., p. 7.

⁵⁰ LOURENÇAO, Gil Vicente Nagai. *Dos mares do Japão às Terras Brasileiras: Algumas considerações sobre o Brasil, a imigração japonesa e sua influência na agricultura*. Op. Cit.

⁵¹ HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo 1886-1934*. Op. Cit. MARTINS, José de Souza. *O Cativeiro da Terra*. Op. Cit. FALEIROS, Rogério Naques. *Fronteiras do Café: fazendeiros e colonos no interior*

sobre a quantidade de pés de café que cada homem adulto podia cuidar: 2.000 pés de café por ano; mulheres e crianças podiam cuidar de 1.000 pés por ano. Assim, uma família com três enxadas (enxada era a medida que cada trabalhador representava, ou seja, a capacidade de trato do café: homem adulto = 1 enxada; mulher e crianças = 1/2 enxada) poderia cuidar de aproximadamente 3.500 pés/ano, em um determinado talhão. Esta seria uma família com poucos braços para a lavoura, pois, na Fazenda Boa Vista, a média de pés de café por contrato era de 5.630 pés. Resta saber como as famílias se organizavam⁵², visto que as fontes indicam que as famílias italianas cuidavam em média de 6.367 pés de café e as demais tratavam de 5.205 pés na Fazenda Santa Gertrudes, entre 1909 e 1918.

Esta etapa do trabalho era conhecida como trato do café e era a primeira fonte de receita dos colonos. O pagamento do trato era lançado no livro de conta-corrente a cada três meses e copiado nas cadernetas. Além do trato, o sistema de colonato determinava o trabalho na época da colheita e que, a cada saco de 60 quilos de café colhido e entregue ao fiscal, os membros da família recebiam uma ficha que representava o trabalho realizado; era a segunda fonte de receita da família (a família era a unidade de trabalho e recebia por quantidade de café colhido). Ao término da colheita, as fichas eram apresentadas ao escrivão da fazenda que as lançava na conta-corrente e copiava na caderneta. A terceira fonte de receita era o trabalho avulso realizado ocasionalmente para a fazenda, como transporte, beneficiamento do café, consertos de prédios, limpeza do pasto, corte de lenha, dentre outros. Ainda tinha o pagamento não monetário decorrente do usufruto de terras da fazenda para o plantio de cerais⁵³. Neste artigo, não trabalhamos diretamente com essa fonte de ganho, pois não era registrada nos livros dos trabalhadores.

Por outro lado, os 101 trabalhadores assalariados estavam atrelados aos ganhos definidos por ordenado, lançados nos livros de conta-corrente, e também recebiam pelo trabalho avulso prestado. Na prática da pesquisa, verifica-se muitas designações de ocupações e isso dificulta o estudo desta categoria, por isso esses trabalhadores rurais foram divididos por Bassanezi como “ocupações especializadas, não especializadas e trabalhadores que se transferiram de ocupação”⁵⁴.

Sintetizamos na Tabela 2 os ganhos e custos dos trabalhadores rurais da Fazenda Boa Vista, organizados como contratados e assalariados. Ainda verificamos a presença de

paulista (1917-1937), *Op. Cit.* BASSANEZI, Maria Sílvia Beozzo. *Colonos do Café.* *Op. Cit.* MESSIAS, Rosane Carvalho. *Fazenda Palmital 1885-1917, aspectos da escravidão e do Colonato no interior paulista.* *Op. Cit.*

⁵² BASSANEZI, Maria Sílvia Beozzo. *Colonos do Café.* *Op. Cit.*

⁵³ SALLUM JR., Brasílio. *Capitalismo e Cafeicultura.* Oeste Paulista: 1888-1930. *Op. Cit.* STOLCKE, Verena. *Cafeicultura.* Homens, mulheres e capital. (1850-1980). *Op. Cit.* HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo 1886-1934.* *Op. Cit.* MARTINS, José de Souza. *O Cativeiro da Terra.* *Op. Cit.*

⁵⁴ BASSANEZI, Maria Sílvia Beozzo. *Op. Cit.*, p. 132.

outro grupo de trabalhadores, em função das características dos trabalhos realizados e dos ganhos auferidos; colocamos estes em um grupo próprio, devido aos altos ganhos e pelo perfil dos trabalhos realizados que passavam pela contratação de trabalhadores avulsos, que não constavam da documentação da fazenda, pois o empreiteiro era contratado para lidar com estes trabalhadores e entregar trabalhos estipulados⁵⁵. Unimos nesse grupo os sete empreiteiros e o administrador da fazenda que inspecionava os colonos, os assalariados e os trabalhadores avulsos.

Quanto aos ganhos, o maior valor conseguido pelos trabalhadores contratados/colonos originava-se do “trato”, isto é, da parcela fixa da renda; a colheita do café também representou um valor significativo para o saldo destes; os trabalhos avulsos ainda constituíram uma parte dos créditos conseguidos pelos contratados/colonos (ver Tabela 2). Os principais gastos dos colonos foram com as despesas e o consumo, seguidos pelos serviços com a manutenção do café. Ao todo, os gastos – 83.646\$810 – consumiram 62%, dos ganhos previstos para estes trabalhadores. Com isto, passaram a ter o direito a receber somente 50.905\$557, acertados em 28 de novembro daquele ano, dos 134.552\$367 que eram previstos inicialmente, corroborando o significativo peso das despesas e consumo para a diminuição do saldo dos colonos.

No caso dos assalariados, que eram residentes na fazenda e desenvolviam trabalhos especializados ou não e recebiam um valor fixo pré-estabelecido, o consumo e despesas geraram um desconto ainda maior que chegou a 74% do valor previsto para receberem inicialmente. No geral, os assalariados tiveram direito a receber somente 34% do que fora acordado no início do ano agrícola, indicando que os gastos, com manutenção dos trabalhadores, eram pesados e que viver na fazenda tinha o seu preço. Mesmo os empreiteiros, que recebiam por empreitada e administravam outros trabalhadores, realizaram gastos expressivos em seu cotidiano e comprometeram 66% dos seus ganhos.

Esses dados nos permitiram mostrar quais foram os descontos e como impactaram de forma distinta a perspectiva de ganhos de cada grupo de trabalhadores rurais da fazenda. Independentemente da forma como foram acordados os pagamentos, o consumo e despesas impactaram todo o conjunto de trabalhadores que teve o seu saldo diminuído, com os assalariados sendo os mais atingidos.

Os 707.065⁵⁶ pés de café indicados nos contratos de 1915 na Fazenda Boa Vista geraram um total de 54.499 sacas de 60 quilos no ano⁵⁷; cada saca valia 36\$368⁵⁸ pagas

⁵⁵ FALEIROS, Rogério Naques. *Fronteiras do Café: fazendeiros e colonos no interior paulista (1917-1937)*. Op. Cit. TESSARI, Cláudia Alessandra. *Braços para colheita: sazonalidade e permanência no trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915)*. Op. Cit.

⁵⁶ Foram 712.255 pés de café contratados, todavia 707.065 foram realmente cuidados.

para exportação de cafés, o que em réis poderia gerar 1.982.019\$632 com a produção de 1915⁵⁹. A principal parte foi de café chato – 65% foi deste tipo –, o restante foi do tipo miúdo, moka e quebradinho que alcançaram valores menores.

Tabela 2 – Síntese dos custos de pessoal da Fazenda Boa Vista (1915)

Rubricas	Créditos	Débitos
I – Trabalhadores Contratados/Colonos		
Contratos dos colonos	70.724\$300	
Colheita do café	57.391\$302	
Trabalho avulso - contratados	6.436\$765	
<i>Subtotal (Crédito colonatos)</i>	134.552\$367	
Consumo e despesas		75.660\$810
Despesas serviços no café		7.986\$000
<i>Subtotal (Débito colonos)</i>		83.646\$810
SALDO (I Colonos)	50.905\$557	
II – Trabalhadores Assalariados		
Assalariados - Ordenado	34.889\$750	
Assalariados - Trabalho avulso	31.406\$033	
<i>Subtotal (Crédito assalariados)</i>	66.295\$783	
Consumo e despesas		48.821\$000
SALDO (II Assalariados)	17.474\$783	
III – Empreiteiros/Administrador		
Administrador - Ordenado	8.000\$000	
Empreiteiros - Trabalho	45.973\$370	
<i>Subtotal</i>	53.973\$370	
Consumo e despesas		35.607\$800
SALDO (III Empreiteiros/Administrador)	18.365\$570	
SALDO TOTAL	86.745\$910	

Fonte: DFBV. Livro de Trabalhadores da Fazenda, 1915.

No ano de 1915, a Fazenda Boa Vista tinha o compromisso de pagar 254.812\$520 para o total dos seus trabalhadores rurais: aos colonos, coube 52% desse total; aos assalariados, 27%; e aos empreiteiros/administrador, 21%. Na Fazenda Santa Gertrudes, em 1908, as despesas com o pagamento do pessoal foram divididas com os colonos recebendo 45,2%; os assalariados, 33,5%; e os empreiteiros, 21,3%⁶⁰. Em Santa Gertrudes, a presença dos colonos entre os trabalhadores rurais foi menor do que na Boa Vista, que

⁵⁷ Além das 54.499 sacas produzidas pelos colonos contratos, outras 6.694 foram produzidas na fazenda, mas não pelos colonos, somando 61.193 sacas colhidas em 1915.

⁵⁸ Usamos o valor da saca de café de 1915 que consta no Anuário do Café de 1937, publicado pelo Instituto do Café do Estado de São Paulo, p. 47.

⁵⁹ Os cafezais de Ribeirão Preto tiveram uma significativa produção no ano de 1915 (cf. MARCONDES, Renato Leite. O café em Ribeirão Preto (1890-1940). *História Econômica & História de Empresas*, v. 10, n. 1, 2018. Podemos considerar a produção da fazenda Boa Vista de 1915 como significativa.

⁶⁰ BASSANEZI, Maria Sílvia Beozzo. Colonos do Café. *Op Cit.*, p. 120.

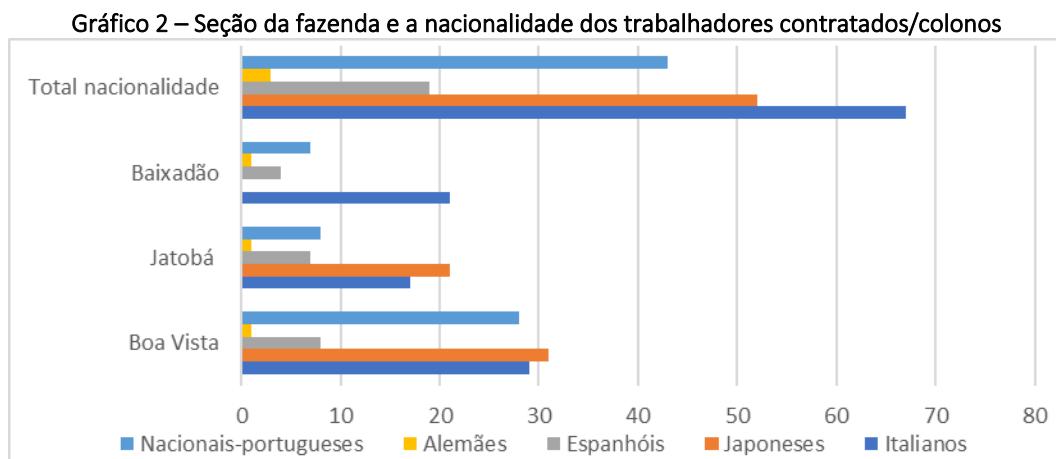
conseguiu diminuir o pagamento de salários por meio das despesas e do consumo realizados pelos colonos, assalariados e empreiteiros, de tal modo o compromisso de pagamento da fazenda diminuiu para 86.745\$910, ou seja, uma redução de 65% dos esforços que a fazenda deveria realizar com os trabalhadores e seus familiares. Com isto, o total de gastos da fazenda com os salários dos colonos diminuiu de 52\$ para 20%, dos assalariados foi de 27% para 7% e empreiteiros/administrador foi de 21% para 7,2%. Por outro lado, os trabalhadores, no momento do acerto final, receberam somente 35% do que acreditavam receber inicialmente.

Foram os variados produtos vendidos no armazém e os serviços prestados pela fazenda que compuseram uma parte dos ganhos do fazendeiro que gerou a redução do saldo dos trabalhadores. Nesse processo, o fazendeiro conseguiu abrandar de forma significativa os gastos que teria com a mão de obra, indicando uma dependência dos trabalhadores pelo crédito e pelos produtos disponibilizados pelo fazendeiro.

Verificamos que a produção cafeeira de 1915 poderia ter gerado o valor bruto de 1.982.019\$632; aos cofres do fazendeiro, o custo com a mão de obra seria de 254.812\$520, porém foi descontado somente 86.745\$910, possibilitando um bom rendimento, o que revela estratégias de expropriação bem-sucedidas por parte do fazendeiro, como foi constado por Faleiros. Neste artigo, pudemos indicar qual a dimensão da expropriação e quanto o saldo dos trabalhadores foi afetado. Falta saber: o que foi consumido? Quais foram os gastos realizados pelos trabalhadores rurais da fazenda? Esses gastos impactaram todo o grupo de trabalhadores da mesma forma?

A fazenda estava organizada em três seções: Boa Vista, Jatobá e Baixadão. Mais da metade das sacas de café foi produzida na seção Boa Vista, que tinha 468 alqueires com 369.480 pés de café. Era dividida na área da sede, área dos talhões de café, pedreira e cerrado. Os maiores talhões tinham 4.000 alqueires e os menores, 1.000 alqueires, e os contratos eram realizados por talhão de café. A quantidade de pés de café variava bastante; o talhão de número 27 tinha 3.591 alqueires com 8.130 pés com 188 falhas. No geral os talhões tinham 4.000 pés.

Os 184 contratos executados geraram 54.499 sacas de café, produzidas por trabalhadores de seis nacionalidades diferentes que estavam vivendo nas três seções da fazenda (ver Gráfico 2). A origem dos trabalhadores variava de seção por seção. Verificamos uma maior quantidade de japoneses nas seções Boa Vista e Jatobá; os italianos formaram a maioria na seção Baixadão e estavam presentes em todas as seções, enquanto os nacionais-portugueses ficaram mais concentrados na Boa Vista.

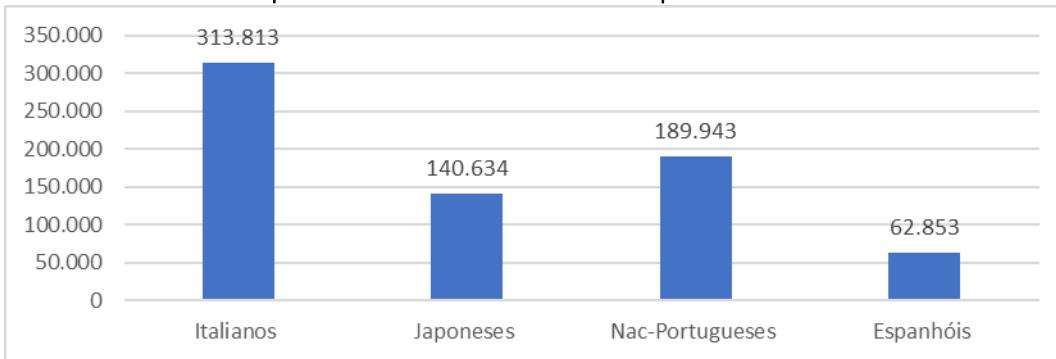


Fonte: DFBV. Livro de Trabalhadores da Fazenda, 1915.

A idade dos pés de café, a área onde estavam plantados e o tamanho das famílias que ali trabalhavam eram fatores que influenciavam diretamente na produção. Do mesmo modo que o tamanho da família, a nacionalidade dos trabalhadores contratados/colonos foi um fator que direcionou os resultados da produção. O Gráfico 3 indica uma diferenciação significativa de pés de café contratados por cada nacionalidade. Ao que parece, os contratos também eram direcionados por nacionalidade.

Os italianos possuíam os maiores contratos (ver Gráfico 3), representando 36% dos trabalhadores contratados e controlando 44% dos pés de café da fazenda; ao contrário, os japoneses cuidaram de 20% dos pés de café, mas representaram 28% dos colonos. É provável que as famílias de italianos fossem maiores que a dos japoneses. Os espanhóis mantiveram uma relação estável entre a quantidade de colonos e de contratos, enquanto os nacionais-portugueses tiveram uma quantidade um pouco menor, ao compararmos os pés de café e a quantidade de trabalhadores. Os nacionais-portugueses, mesmo sendo em menor quantidade que os japoneses, cuidaram de 49.309 pés a mais do que eles (ver Gráfico 3).

Gráfico 3 – Número de pés de café indicados nos contratos por nacionalidade dos trabalhadores



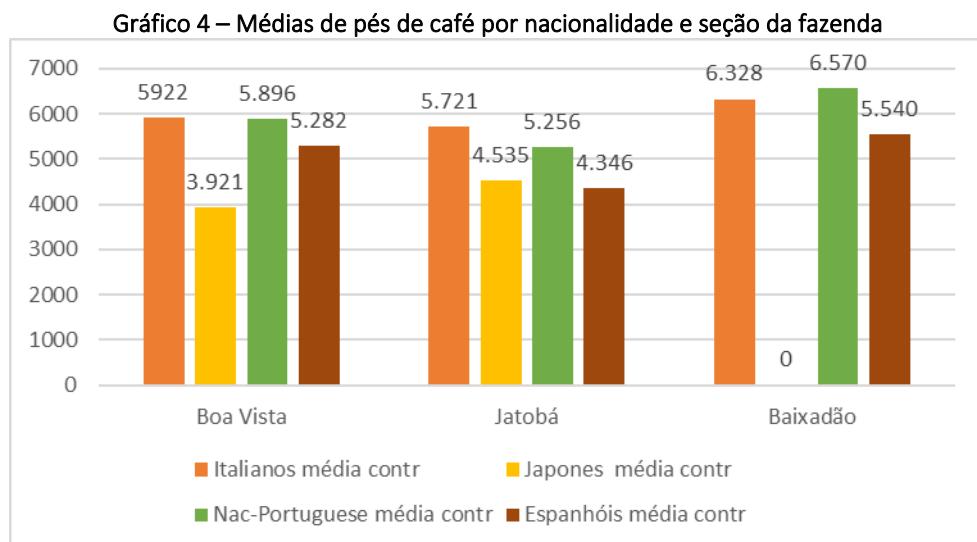
Fonte: DFBV. Livro de Trabalhadores da Fazenda, 1915.

Tendo em vista que a média geral de pés de café por contrato na seção Boa Vista foi de 5.204 pés de café, um pouco superior à da seção Jatobá com 5.056 pés – onde havia mais japoneses residindo –, mas menor que a seção Baixadão – onde havia mais italianos residindo – que registrou uma média de 6.645 pés por contrato, é possível notar que a média mudava de seção para seção, assim como se diferenciava entre as nacionalidades dos colonos contratados (ver Gráfico 4). Na seção Baixadão, em média, os nacionais-portugueses conseguiram os maiores contratos, seguidos pelos italianos. Esse quadro se repetia para a Boa Vista, com uma pequena margem para os italianos. Os números indicam que os japoneses ficaram com os menores contratos, chegando a menores médias de produção, e tal situação refletiu na disponibilidade de dinheiro conseguido ao término dos contratos (ver Gráfico 5).

Novamente, os nacionais-portugueses, apesar de serem um menor número de contratos que os japoneses, conseguiram cuidar de mais pés de café, obtendo mais réis com o trato do produto. Quanto aos valores finais, são os italianos que mais arrecadaram com os contratos, 29.326\$050.

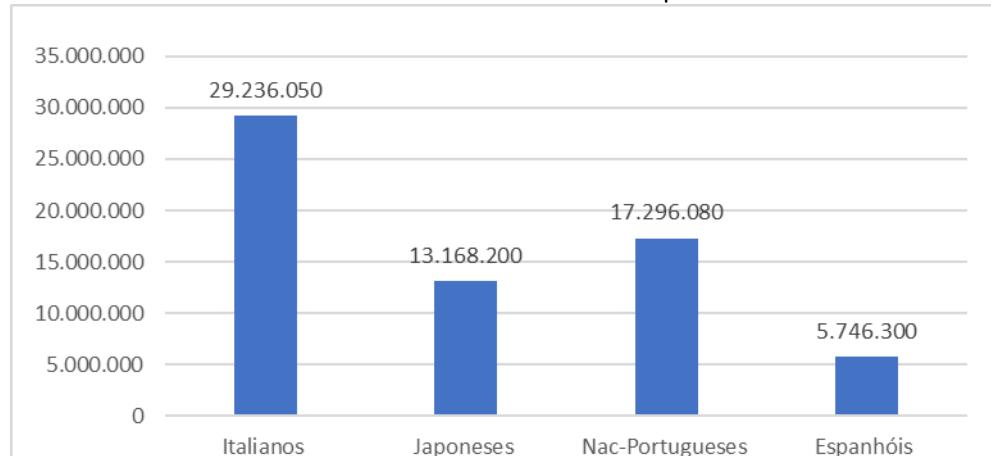
Outro conjunto de trabalhadores da fazenda eram os 101 assalariados, com as 35 profissões registradas. Estas funções eram realizadas principalmente pelos nacionais-portugueses e italianos, o maior grupo entre eles eram os camaradas (ver Gráfico 5). Chamamos a atenção para os camaradas que não encerravam o grande grupo de assalariados existentes na Boa Vista. Os assalariados somavam 36% da mão de obra residente na fazenda e recebiam ordenado e tinham função definida; os seus salários ficaram ao redor de 80\$000 pagos ao campeiro, aos jardineiros e a alguns camaradas. Entre as ocupações não especializadas, os podadores e carreiros também apareceram em quantidade considerável na documentação⁶¹ (ver Gráfico 6).

⁶¹ As outras profissões com apenas um trabalhador: Administrador, Ajudante de campeiros, Ajudante de Cocheira, Balanceiro, Campeiro, Chofer, Cocheira, Copeiro, Cortador de carne, Cozinheiro, Empregado, Escrivão, Esterçador de café, Fabricante de cangas, Farmácia, Feitor, Feitor de podadores, Ferreiro, Maquinista, Oleiro, Pedreiro, Recebedor, Recebedor do terreiro, Retireiro, Serrador, Tirador de leite, Tirador de semente de Capim, Tratador de galinhas, Tratador de porcos e Tratorista.



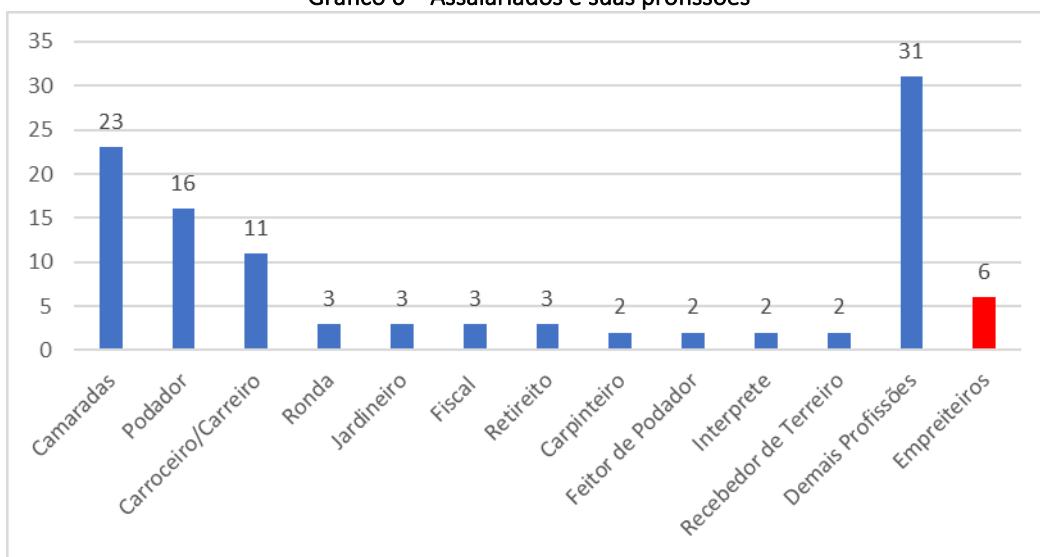
Fonte: DFBV. Livro de Trabalhadores da Fazenda, 1915.

Gráfico 5 – Valores em Mil Réis dos contratos finalizados em 1915 por nacionalidade dos trabalhadores



Fonte: DFBV. Livro de Trabalhadores da Fazenda, 1915.

Gráfico 6 – Assalariados e suas profissões



Fonte: DFBV. Livro de Trabalhadores da Fazenda, 1915.

Os ordenados de maior vulto ficaram por conta das ocupações especializadas, como a de escrivão, que receberia 200\$000, próximo ao valor recebido pelo maquinista com ordenado de 180\$000. Na casa dos 150\$000, estavam os ordenados de cada um dos doze fiscais; o valor médio destes salários foi de 180\$000.

A fazenda contou com dois intérpretes japoneses: em dezembro de 1914, chegou Metani Torau; em fevereiro de 1915, foi substituído por Tomita Tuyoshi, e receberam salários mensais de 120\$000. Ao término do ano, Tomita encerrou as suas contas com um saldo de 520\$000. Ao que parece, esse trabalhador foi importante para a estrutura de funcionamento da fazenda, já que, em fevereiro de 1915, uma casa de 30 metros quadrados ao valor de 292\$000 foi construída para ser a sua residência. Já o maquinista Angelo Mozena terminou o ano com saldo de 1.170\$000. O escrivão Anysio Ferreira, mesmo recebendo o maior salário da fazenda, no final do ano, teve um saldo menor que o do maquinista.

Levantamos outro grupo de trabalhadores que se aproxima dos assalariados, mas que não recebiam um ordenado, como foi o caso dos sete empreiteiros; destes, dois eram italianos, três portugueses e dois brasileiros. Já o administrador da fazenda, que era brasileiro, Salvador Carlos de Almeida, recebia o pagamento anualmente, no valor de 8.000\$000 e movimentou crédito de 20.856\$100, valor maior que os 18.914\$500 conseguidos via 52 contratos realizados pelos japoneses e 19 contratos realizados pelos espanhóis.

Enquanto os empreiteiros movimentaram créditos de 31.821\$100, só o italiano Domingos Santoro, que era o empreiteiro do terreiro, movimentou 15.934\$600, boa parte desta soma, 77%, veio dos 61.193 sacos de café que secou no terreiro da fazenda. Em dezembro, teve abatido de sua conta o valor de 11.085\$000. As grandes somas movimentadas por Santoro são indiciárias de negociações que acobertavam muitos outros trabalhadores, provavelmente os avulsos.

Ao todo, o administrador da fazenda e os sete empreiteiros somaram 52.677\$200 em créditos, valor superior aos 46.532\$130 gerado por todos os contratos dos colonos italianos e nacionais-portugueses. Os sete empreiteiros e o administrados, que eram em maior parte nacionais-portugueses, se confundiam com as próprias atividades e compromissos da fazenda, pois estavam coordenando os afazeres e as funções de outros trabalhadores, muitos deles eram os avulsos que recebiam por dia de trabalho e não residiam na fazenda; eventualmente, colonos e assalariados também trabalhavam para os empreiteiros, assim como os empreiteiros assumiram contratos abandonados pelos colonos.

Apesar de a Boa Vista não ficar em uma área de expansão do café, os contratos com os empreiteiros movimentaram valores significativos, demonstrando que o fazendeiro Joaquim da Cunha Junqueira associava variados tipos de ocupação por meio de contratos distintos e de salários diferentes que contemplavam trabalhadores de nacionalidades específicas.

O trabalho na Fazenda Boa Vista foi organizado alternando diferentes formas de contratos que passava pelos colonos, mas também pelos assalariados e pelos trabalhadores avulsos, com os maiores gastos acontecendo com os trabalhadores residentes na fazenda. No entanto, o acesso ao crédito e aos produtos do armazém declinou de forma significativa o saldo dos trabalhadores residentes. Mesmo mantendo uma grande quantidade de trabalhadores o ano todo, o fazendeiro diminuiu em 65% os esforços que a fazenda projetou inicialmente com a mão de obra residente. No conjunto dos trabalhadores, mesmo os japoneses representando o segundo maior grupo entre os colonos, conseguiram acessar somente os menores contratos e cultivaram as menores médias de produção de pés de café nas seções da fazenda.

Consumo e despesas dos trabalhadores da fazenda

Os “gastos no armazém” no geral são apontados como o conjunto global dos débitos e custos realizados nas fazendas de café:

Os gastos principais referiam-se a adiantamentos, médico, farmácia e principalmente às chamadas “Ordens”, gasto que não era discriminado separadamente, mas acreditamos ser composto pelos débitos acumulados nas mercearias das fazendas [...] o que se sabe é que as “ordens” oneravam pesadamente as contas do colono, compondo de oitenta a cem por cento os gastos totais dos colonos⁶².

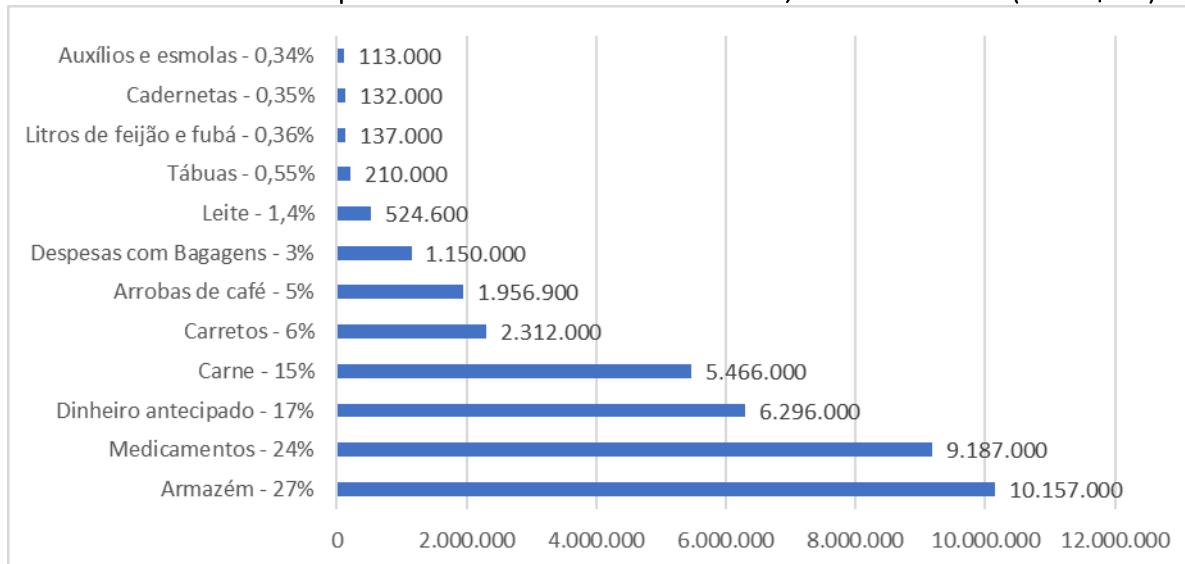
Ao analisarmos a documentação da Fazenda Boa Vista, verificamos que os trabalhadores enfrentavam uma série de outros débitos que comprometiam seus ganhos, além dos gastos com alimentos e produtos adquiridos no armazém da fazenda. Visando ao entendimento de como se davam estas despesas, analisamos o consumo dos trabalhadores no Gráfico 7.

Os gastos dos trabalhadores demonstram um leque variado, em que o armazém correspondia a no máximo 27% do conjunto. No universo da fazenda, as necessidades com despesas e consumo demonstram-se maiores, não ficando encerradas ao armazém. É importante compreendermos o conjunto dos gastos que indicam o dinamismo das práticas

⁶² FALEIROS, Rogério Naques. *Fronteiras do Café: fazendeiros e colonos no interior paulista (1917-1937)*. Op. Cit., p. 125.

econômicas dentro da fazenda: o armazém era controlado pelo genro do dono da fazenda, Jorge Lobato; as contas no armazém eram registradas como “Ordem para o armazém”; ao todo, foram 252 contas registradas no armazém, a média por movimento foi de 40\$304 ao ano; quem mais gastou foi Francisco Montalti, colono da seção Boa Vista, com um conta de 384\$700, e Mariano Rorato, também colono da seção Boa Vista, que gastou 243\$100; enquanto Domingos Muller, morador na Baixadão, teve que usar todo o seu saldo para pagar os 82\$100 que devia ao armazém.

Gráfico 7 – Consumo e despesas de todos os trabalhadores em 1915, valores em Mil Réis (37:641\$500)



Fonte: DFBV. Livro de Trabalhadores da Fazenda, 1915.

Nas despesas com a rubrica *medicamentos*, unimos os contratos médicos que somaram 4.770\$000 e os remédios somando 4.417\$000, que ao todo representaram 24% dos gastos dos trabalhadores. Os colonos representaram a maioria dos que possuíam contrato médico, assim como o acesso ao medicamento; no geral, o contrato médico custava 36\$000. Foram 121 trabalhadores, 96 colonos e 16 assalariados que realizaram contratos e tiveram acesso aos medicamentos. Na sequência da realização do contrato, os trabalhadores passavam a comprar os medicamentos. Os contratos foram regulados pela Lei nº 1.299-A, de 27 de dezembro de 1911, que criou o Patronato Agrícola no Estado de São Paulo.

O farmacêutico José de Paiva Roxo era quem respondia pela farmácia, e cuidava dos enfermos. Em 1915, foram 8 óbitos, quatro crianças e quatro mulheres. A fazenda adiantou 10.000\$000 para os trabalhadores pagarem o enterro de cada um de seus parentes. Ao somarmos os gastos com o armazém e medicamentos, chegamos a 51% dos gastos realizados na Fazenda Boa Vista em 1915, valor distante dos 100% indicados para a

fazenda Pau d’Alho em Campinas por Faleiros⁶³ ao utilizar as cadernetas para os anos de 1927 a 1931. Nossa estudo demonstra que o leque de gastos foi maior e mais diversificado do que a historiografia abalizava.

O dinheiro antecipado é algo que chama atenção. Nesse espaço, normalmente não circulava dinheiro nas transações, ou eram trocas, ou tudo era anotado nas cadernetas e nos livros de conta-corrente, com contas finalizadas em 28 de novembro de cada ano; feito isto, os saldos ou dívidas eram acertados com os trabalhadores. De qualquer forma, a fazenda antecipou para os trabalhadores 6.296\$000, em pequenos valores, para a realização de gastos pontuais. Em alguns casos, o valor correspondia ao valor do ordenado. No total, a fazenda antecipou 27.792\$000, destes 21.496\$000 foram entregues aos sete empreiteiros, ao administrador e ao farmacêutico. Esses valores foram lançados como dinheiro fornecido por Dr. Lobato (genro do dono da fazenda) e utilizados no funcionamento da fazenda; o restante foi adiantado aos contratados e assalariados, assim o dinheiro circulou por meio dos que representavam a fazenda.

O consumo de carne ocorria no dia a dia. Ao todo, foram realizadas 1.546 compras, registradas como carne de vaca, barrigada, cabeça de vaca e capados. O valor do quilo de carne bovina era de \$700 e da carne suína, 1\$000. Ao todo foram comprados 7.331 quilos de carne. Entre os trabalhadores, os 11 carroceiros compraram a maior quantidade, assim como os colonos da seção Boa Vista.

Já os carretos compreendiam uma etapa importante da vivência na zona rural, pois se relacionavam com a compra e a venda dos alimentos produzidos pelos próprios colonos, como milho, feijão e alguma lenha. Os negócios eram realizados entre os colonos, vendiam e compravam alimentos, que eram transportados pagando os carretos à fazenda. O registro era realizado nos livros da fazenda, o que facilitava o controle da produção de cereais por parte do fazendeiro. Ao todo, foram 550 carretos, gerando 2.312\$000 de gastos com o transporte de gêneros alimentícios. O feijão foi transportado em 265 carretos somando 970\$000; o milho somou 1052\$000 em 212 carretos, enquanto os 73 carretos de lenha somaram 278\$000.

Certamente, os negócios com os alimentos despertavam o interesse do fazendeiro, tendo em vista que até a venda em litros de feijão a \$180, de fubá e quirela a \$100 foram registradas nos livros, logo, existia um comércio de alimentos entre os colonos que foi transportado e registrado pela fazenda. Com o plantio das roças de subsistência realizado pelos colonos em terras cedidas, o fazendeiro conseguiu ganhar 2.500\$000, aumentando

⁶³ FALEIROS, Rogério Naques. *Fronteiras do Café: fazendeiros e colonos no interior paulista (1917-1937)*. Op. Cit. FALEIROS, Rogério Naques. *A fazenda Pau d’Alho de Campinas: as cadernetas como registro da contabilidade dos colonos (1917-1931)*. Op. Cit.

em 6,5% os gastos dos trabalhadores rurais, indicando que também a produção de cereais gerou lucro para a fazenda, ou seja, a produção de cereais não era somente um atrativo para os colonos, também compôs o lucro do fazendeiro.

Despesas com bagagens, fretes de mudanças e passagens somaram 1.150\$000 e compreendiam despesas de bagagens entre as estações de trem de Santos, São Paulo e Francisco Maximiano, assim como valores das passagens dos colonos. Em sua maioria, foram os italianos e portugueses que pagaram por estes valores; ao todo, 15 trabalhadores arcaram com estas despesas que ocorreram no mês de maio. Uma destas chegou a custar o alto valor de 220\$000.

Coradini Fortunato, colono italiano morador na seção Boa Vista, pagou pelas bagagens e a viagem de sua família entre Santos e a fazenda, enquanto o seu irmão Ligguri Fortunato pagou outros 67.900\$000. Chama a atenção este tipo de pagamento realizado pelos colonos.

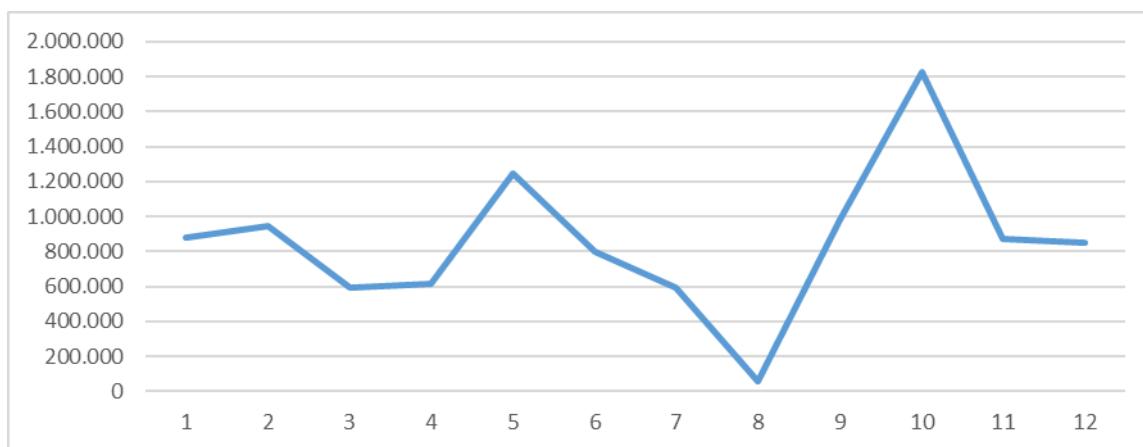
As esmolas também fizeram parte do cotidiano econômico na seção Boa Vista; ao todo 55 colonos forneceram dinheiro com valores entre 1\$000 a 5\$000, somando 113\$000. As esmolas eram destinadas à Santa Casa, pagas em janeiro na época da Festa de Reis, já os auxílios foram direcionados aos incêndios ocorridos no mês de setembro, demonstrando um sistema de reciprocidade entre os colonos. A documentação analisada indica que se produzia e vendia café, milho, feijão, arroz, leite, gado, cavalos, porcos e ovelhas, e muitas dessas vendas ocorriam dentro da própria Fazenda Boa Vista. Um conjunto alargado de relações econômicas era praticado no cotidiano, em que o armazém compôs uma das frentes de consumo e gastos, mas não a única!

O consumo e despesas não ocorriam com uma mesma frequência, em uma mesma época do ano nem ao mesmo tempo, pois estavam conectados às dinâmicas próprias, como a época do plantio, da colheita e do acerto das contas. Quando verificamos as ocorrências e frequências de gastos e consumo por mês, percebemos alguns padrões, como ocorreu no armazém (ver Gráfico 8). Logo no início da colheita, que foi de maio a agosto, verificamos um aumento no consumo, com uma significativa queda em agosto, posteriormente subindo exponencialmente em outubro, denotando um consumo diretamente influenciado pela época da colheita e do acerto de contas. Tessari chama a atenção para as diferentes temporalidades do trabalho rural composto pelo tempo do trabalho e pelo tempo da produção. “O tempo de trabalho é a quantidade de tempo que o trabalhador dedica às

tarefas do processo de produção [...] enquanto o tempo de produção é a quantidade de tempo necessária para que o produto fique pronto”⁶⁴.

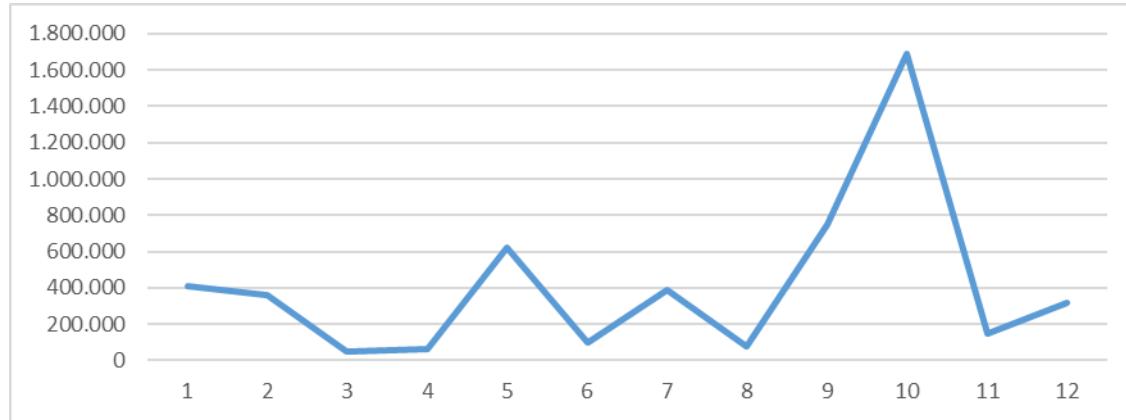
Os dados do Gráfico 9 indicam mudanças atreladas aos períodos de frio e de seca, quando os surtos de doenças aumentavam, enquanto os lançamentos com os contratos médicos ocorriam principalmente em outubro, próximo a época de fechamento das contas anuais. Quanto ao consumo de carne (ver Gráfico 10), é perceptível o aumento significativo no período da colheita.

Gráfico 8 – Consumo – Armazém todos os trabalhadores, valores em Mil Réis – 1915



Fonte: DFBV. Livro de Trabalhadores da Fazenda, 1915.

Gráfico 9 – Despesas – Medicamentos todos os trabalhadores, valores em Mil Réis – 1915



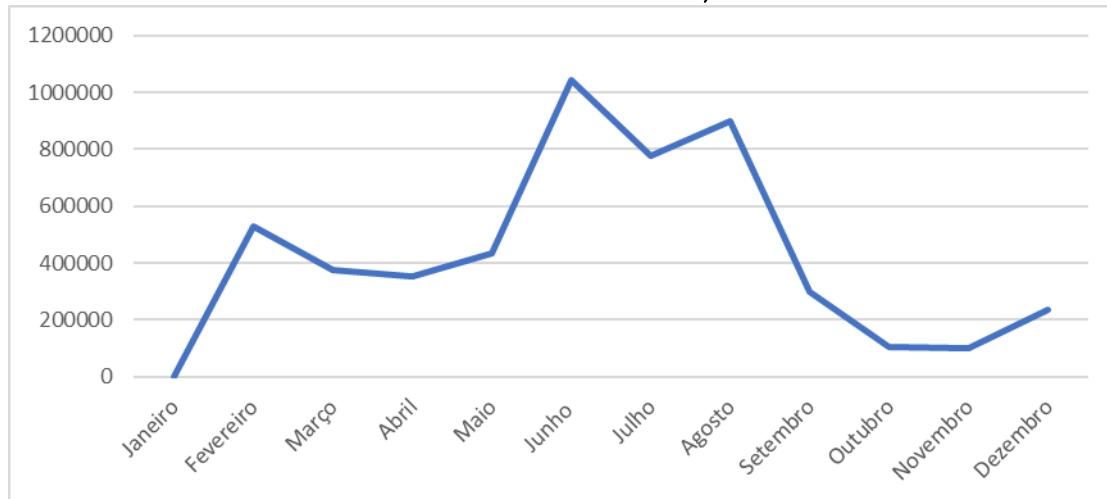
Fonte: DFBV. Livro de Trabalhadores da Fazenda, 1915.

Díspares dos três gráficos anteriores são os dados sobre os carretos (ver Gráfico 11), concentrados no período anterior da safra de café; os meses de janeiro até maio eram voltados a produção de milho e feijão.

⁶⁴ TESSARI, Cláudia Alessandra. O padrão de demanda por mão de obra na lavoura paulista e a questão do trabalhador nacional: nem vadio, nem escasso, nem instável (1890-1915). *Economia e Sociedade*, v. 23, n. 2, p. 465–487, 2014. p. 437.

Aparentemente, o milho e feijão eram estocados para a época da colheita de café, denotando uma clara separação entre o momento de maior trabalho com os produtos alimentícios e o momento da colheita de café.

Gráfico 10 – Consumo – Carne todos os trabalhadores, valores em Mil Réis – 1915



Fonte: DFBV. Livro de Trabalhadores da Fazenda, 1915.

Gráfico 11 – Consumo – Carretos de milho, feijão e lenha todos os trabalhadores, valores em Mil Réis – 1915



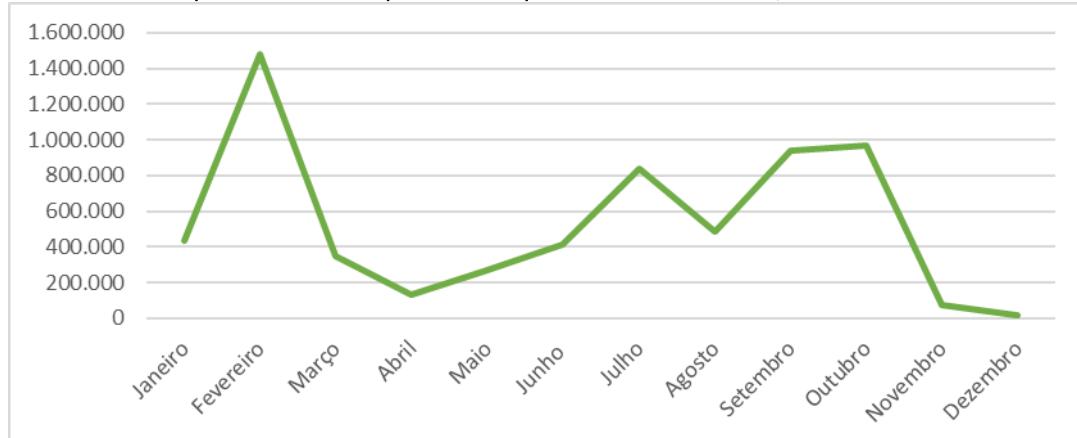
Fonte: DFBV. Livro de Trabalhadores da Fazenda, 1915.

Quanto aos valores em dinheiro antecipado, concentravam-se no início do ano, que era a época de chegada dos novos colonos, que acumulavam custos com o deslocamento e a necessidade de novos instrumentos de trabalho (ver Gráfico 12). A partir de junho, os adiantamentos em dinheiro aumentaram, quando os ganhos com a colheita do café começavam a ser percebidos, possibilitando um maior endividamento alicerçado pela garantia de ganhos futuros.

O momento de ocorrência dos gastos sofreu influência de diferentes fatores no decorrer do ano, fatores como a dinâmica produtiva da fazenda, as questões sociais decorrentes da divisão do trabalho, o acesso ao consumo e a época dos acertos de contas.

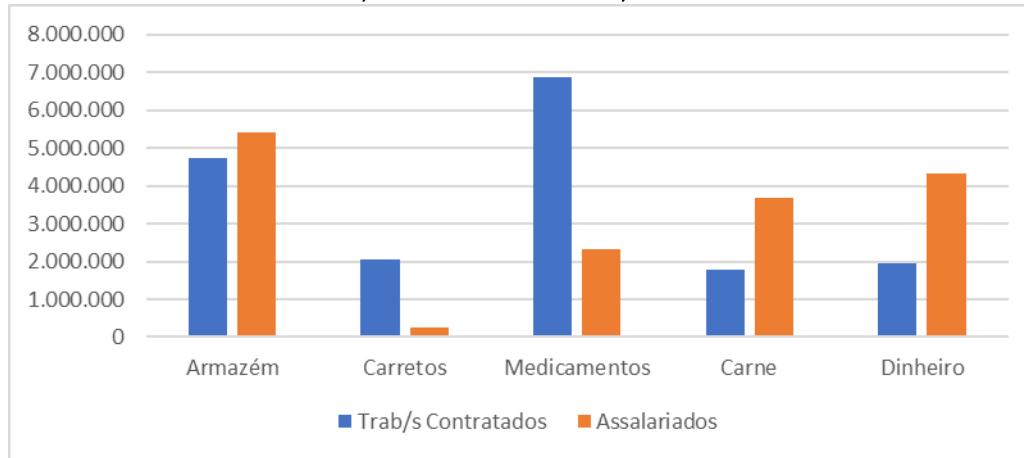
De tal modo, não verificamos um único momento que agregou os gastos que indicaram temporalidades e lógicas distintas dessas em suas consolidações.

Gráfico 12 – Despesas – Dinheiro que foi antecipado aos trabalhadores, valores em Mil Réis – 1915



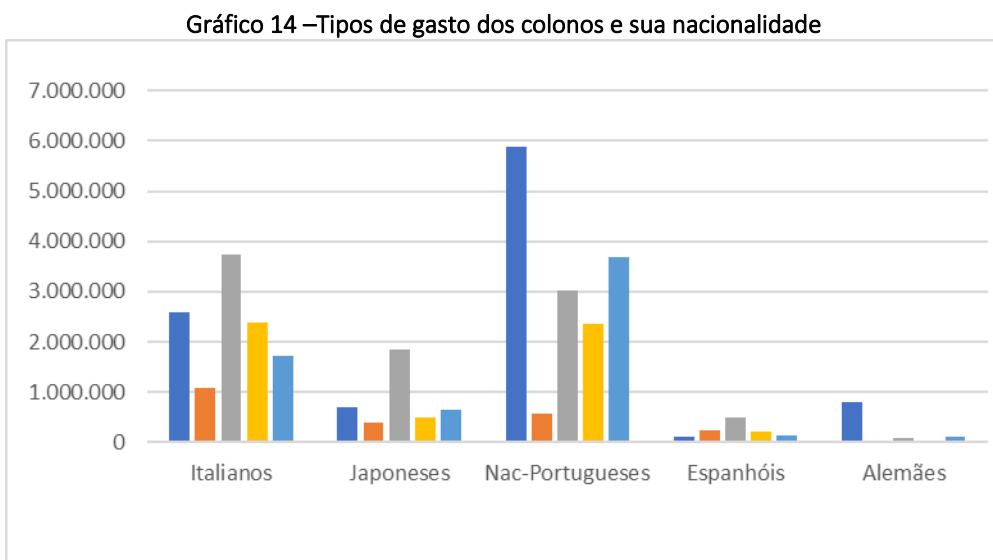
Fonte: DFBV. Livro de Trabalhadores da Fazenda, 1915.

Gráfico 13 – Consumo, todos os trabalhadores, valores em Mil Réis – 1915



Fonte: DFBV. Livro de Trabalhadores da Fazenda, 1915.

Quanto o consumo e as despesas dos trabalhadores da fazenda, conseguimos verificar padrões para cada grupo de trabalhador. Os gastos no armazém indicaram um certo padrão entre os dois grupos de trabalhadores, enquanto para outros quatro tipos de gastos indicados no Gráfico 13 é possível verificar um distanciamento entre colono e assalariados. Em carretos e medicamentos, foram os colonos que mais gastaram, enquanto os assalariados gastaram mais com carne, no armazém e com o acesso ao dinheiro antecipado. Destarte, os gastos dos colonos ocorreram em proporções menores aos dos assalariados, que, proporcionalmente, consumiram mais, segundo os dados analisados; os colonos se endividaram menos, o que por sua vez pode ter auxiliado na economia familiar.



Fonte: DFBV. Livro de Trabalhadores da Fazenda, 1915.

Por fim, verificamos a diferença entre consumo e despesas que não foi somente determinada pelo perfil do trabalho desenvolvido na fazenda, pois a nacionalidade dos trabalhadores também interferiu nos padrões de consumo e despesas, como pode ser visto no Gráfico 14, que indica uma discrepância no consumo entre as diferentes nacionalidades. Os nacionais-portugueses foram os que mais consumiram no armazém e tiveram acesso ao dinheiro antecipado em proporções maiores do que as outras nacionalidades, assim como consumiram bastante carne e gastaram com medicamentos. No conjunto, foram os assalariados os que mais consumiram.

Italianos e japoneses gastaram mais com o armazém, todavia, os italianos movimentaram uma quantidade muito maior com os gastos atrelados ao consumo e com as despesas, do que os japoneses. Em 1918, a Fazenda Santa Gertrudes, em São Carlos, recebeu 14 famílias de japoneses; em 1919, não restava um único trabalhador japonês, a maioria fugiu deixando dívidas, provavelmente porque “A geada de 1918, que levou ao declínio da produção, propiciou ganhos muito menores que os esperados pelas famílias de japoneses recém-chegadas”⁶⁵.

Na Boa Vista, proporcionalmente, os japoneses foram os que menos gastaram entre as seis nacionalidades representadas na fazenda, decorrente da menor quantidade de pés de café que cuidaram e pelos menores valores recebidos, o que impactou diretamente no acesso à carne, ao milho, ao feijão e aos produtos vendidos no armazém. No entanto, o menor consumo pode estar relacionado a questões culturais, pois os alimentos disponibilizados poderiam não ser apreciados por eles, por um motivo ou por outro. As cinquenta e seis famílias de japonês que ali residiram foram as que demonstraram as

⁶⁵ BASSANEZI, Maria Sílvia Beozzo. *Colonos do Café. Op. Cit.*, p. 71.

maiores limitações de consumo na fazenda, apesar de representarem o segundo maior grupo de trabalhadores da Fazenda Boa Vista em 1915.

Considerações finais

Verificamos que o consumo e gastos realizados pelos trabalhadores na Fazenda Boa Vista em 1915 foram concretizados em períodos distintos do ano, como foi o caso dos carretos e das antecipações em dinheiro realizadas antes do período da colheita que consistiam em preparativos para o período de maior trabalho. A carne foi o produto mais consumido no período da própria colheita; já os pagamentos com o armazém e com os contratos médicos foram realizados somente com a concretização dos ganhos com a colheita. De tal modo, apesar de o crédito estar disponível aos trabalhadores da fazenda, foi utilizado de forma parca e específica; em determinadas épocas, os gastos e consumo tiveram temporalidades próprias e foram utilizados de forma parcimoniosa.

A diferença dos ordenados entre os assalariados constituía-se um elemento hierarquizante das relações. A presença de trabalhadores com acesso a grandes valores e situações de mando sobre os outros indicou a ocorrência de significativa diferença entre eles no cotidiano econômico da fazenda. O padrão de gastos distintos dos colonos e dos assalariados foi outro ponto verificado na pesquisa, que indicou uma significativa diferenciação entre os trabalhadores. Foram os assalariados que mais consumiram, o que impactou diretamente nos seus saldos, enquanto os colonos comprometeram menos os seus saldos, o que lhes possibilitou poupar.

Apesar de os italianos somarem a maior quantidade de colonos, recebendo os maiores valores pelo trato do café, foram as experiências dos nipônicos que chamaram atenção pelas restrições e dificuldades impingidas pelos menores valores de contratos e pelo menor acesso ao consumo de alimentos.

Com tantos fatores de diferenciação entre os trabalhadores, é provável que no plano do cotidiano estas diferenças suscitassem intercessões entre os vários grupos, que por sua vez favoreciam a centralidade das ações do fazendeiro, controladas e registradas nos livros dos trabalhadores. Por meio do consumo e despesas realizadas pelos colonos e assalariados, o fazendeiro amorteceu de forma significativa os gastos que teria com a mão de obra.

Concluímos que a experiência econômica dos trabalhadores da cafeicultura na Fazenda Boa Vista, em 1915, foi uma complexa combinação entre diferenças marcadas pela nacionalidade e pelo trabalho praticado. Os gastos realizados pelos trabalhadores do café

no decorrer do ano comprometeram significativamente os ganhos futuros, sendo essa mais uma frente de funcionamento do sistema do colonato.

Recebido em 27 de fevereiro de 2025.

Aceito em 10 de maio de 2025.